

## Ministério Público e Imprensa. Notas sobre uma *Vexata Questio*

Roberto ROMANO\*

• **SUMÁRIO:** Introdução. 1 O segredo e suas metamorfoses. 2 A imprensa, censura e responsabilidade. 3 Platão: os primórdios da *accountability*. Referências bibliográficas.

• **RESUMO:** O artigo discute os embates entre Ministério Público e imprensa no Brasil, nos últimos tempos. Para efetuar tal fim, analisa o problema do segredo, no Estado e na sociedade civil, contrapondo a prática do sigilo à transparência nos assuntos coletivos, alvo dos promotores de Justiça e da imprensa. O autor defende a tese de que limites devem existir em todos os setores. Caso contrário, desaparecem a liberdade de imprensa e a responsabilização dos agentes do Estado e da ordem civil.

• **PALAVRAS-CHAVE:** Ministério Público. Imprensa. Accountability. Segredo. Cidadania.

### Introdução

O gentil convite da revista *Justitia* para que eu escrevesse algo sobre o vínculo entre a ética e o Ministério Público me levou a refletir sobre alguns temas que percorrem todo o trabalho que empreendo nos últimos anos sobre a razão de Estado e o segredo que nela se encerra.<sup>1</sup> Os relacionamentos

entre promotores e cidadania mostram uma dinâmica que, não raro, apresenta paradoxos difíceis de serem sanados. Assim, desde a Carta de 1988, quando foi definida a autonomia do Ministério Público, assistimos a atos heróicos e louváveis dos seus representantes, dignos dos maiores encômios. Mas, como se trata de uma instituição humana, o setor também apresenta atos e palavras que deixam a desejar quando nos referimos à plenitude do Estado democrático. Um dos pontos mais árdios no exame de atitudes tomadas pelo MP encontra-se na sua relação contraditória com a imprensa. No mesmo passo em que procuram a imprensa como sua maior aliada na tarefa de aplicar a lei aos poderosos do Estado e da sociedade civil, vários promotores mostram evidente preconceito contra a mídia, em todos os seus setores. Os últimos tempos são pródigos em episódios da mais clara censura da imprensa, causada por ações do Ministério Público e aceita por setores da magistratura.

Tendo em vista semelhantes óbices, o artigo será dividido em três partes, as quais podem ser lidas de modo autônomo. A primeira parte analisa o tema do segredo de Estado e na sociedade civil, como prolegômenos indispensáveis para se entender a ética nada virtuosa dos que entendem que sua pessoa (partido ou grupo) está acima da cidadania, a quem não seria preciso prestar contas. A segunda parte analisa a questão da censura contra a imprensa. A terceira traz um contributo do passado, em Platão, para que se pense a gênese da própria idéia de responsabilidade dos dirigentes na vida pública. Espero que fiquem claras as razões pelas quais não concordo com vários atos da magistratura e da promotoria, quando se trata da imprensa. No meu entender, a censura, seja qual for o seu motivo, integra o quadro do segredo de Estado, algo nocivo e opo-

\*Professor titular de Filosofia, Unicamp, agraciado com a Medalha B'nai B'rith de 2007, prêmio pela defesa dos direitos humanos no Brasil.

<sup>1</sup>“O Estado moderno surge expropriando o segredo de duas instituições importantes: as corporações, onde o segredo é vital, e a Igreja. São dois elementos que integram o acervo do Estado dessa nova instituição. O Estado começa a utilizar justamente o segredo e procura saber o que ocorre na sociedade para poder, inclusive, estabelecer o seu domínio” (ROMANO, 2006). Cf., de Roberto Romano, O Desafio do Islã e outros Desafios. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2004; Mentira e razão de Estado. Aula inaugural para a Escola Superior da Procuradoria-Geral do Estado, mar. 2007. Disponível em: <<http://escolapge.blogspot.com>>; e Direito natural e democracia em Spinoza. Foglio Spinoziano. Disponível em: <[http://www.fogliospinoziano.it/democracia\\_silva.pdf](http://www.fogliospinoziano.it/democracia_silva.pdf)>.

to à prática da publicidade e transparência nos assuntos coletivos. Para isso, as páginas seguintes buscam aduzir, de maneira não totalmente sistemática, a razão daquela discordância.

### 1 O segredo e suas metamorfoses

O Ministério Público gera frutos preciosos para a democracia no Brasil. Com ele, crimes e práticas contrários ao bem coletivo são denunciados e postos sob a vista da cidadania. Se os criminosos não recebem castigo exemplar, a culpa não é dos promotores, pois eles cumprem o que deles se espera - com risco de morte. A política nacional será pior se, por exemplo, o poder de investigação for negado ao MP. Os corruptos, os que lesam os direitos humanos e os que matam sem pena, os ímprobos na sua generalidade serão vitoriosos.<sup>2</sup> Em termos éticos, o Ministério Público, deve colaborar para diminuir o mais possível o segredo no Estado, em corporações privadas ou nos grupos criminosos. Se existem sigilos intransponíveis para os promotores de Justiça, resulta que a cidadania fica entregue ao arbítrio ou à demagogia de quem ocupa o poder político, econômico, religioso. O relacionamento entre Ministério Público e segredo estatal ou de mercado (mesmo o mercado criminoso, como no tráfico de armas ou narcóticos) é um termômetro correto para se perceber o maior ou menor grau coletivo de responsabilidade administrativa e condução moral dos assuntos sociais. Se aumenta o segredo, com toda certeza os que desafiam a lei sentem maiores condições de agir no seu ofício sombrio.

A democracia começa e termina com o segredo. Na *raison d'État* que serviu como base da ordem estatal moderna, foram definidos todos os elementos da vida pública e de sua manutenção, entre eles, o segredo. Este último não pode ser dito como algo que pertence apenas ao Estado e às suas instituições. Algo tão antigo na história humana - um teórico importante como Simmel diz que ele "é uma das

maiores conquistas da humanidade"<sup>3</sup> - atinge pleno sentido político na virada do século 16 ao 17.<sup>4</sup> A sua prática passou das corporações aos setores administrativos, aperfeiçoando-se ao máximo. O segredo, enuncia Simmel, não pertence nem ao campo do ter, nem ao do ser, mas ao do agir.<sup>5</sup>

Com a democracia produzida nas três grandes revoluções modernas - Inglesa do século 17, a Norte-Americana e a Francesa, no século 18 -, o segredo das formas estatais absolutistas foi atenuado pelas noções de *accountability* e transparência. No período anterior à democracia, o soberano não devia satisfações aos parlamentos, aos juizes, aos súditos. As teses que defendiam tal situação foram combatidas desde longa data na Inglaterra. Edward Coke, grande jurista, várias vezes aprisionado na Torre de Londres, defendeu a independência dos juizes contra a Igreja Anglicana e contra o soberano. Ao replicar ao rei, o qual defendia suas prerrogativas contra "os advogados", Coke afirma que o soberano "não foi educado no conhecimento das leis da Inglaterra". O rei proclama: se Coke tivesse razão, o príncipe deveria estar sob a lei. Tal hipótese seria "traição evidente". E o governante cita Bracton: "*Rex non debet esse sub homine sed apud Deo et lege*". Seguindo o soberano:

[...] um bom rei enquadra todas as suas ações segundo a lei; mas ele prende-se a ela só pela sua boa vontade e para dar exemplo aos súditos. Ele é o senhor sobre todas as pessoas, tem poder de vida e morte. Embora um príncipe justo não tire a vida de nenhum súdito sem uma lei clara, a mesma lei com a qual ele tira a

<sup>3</sup> SIMMEL, Georg. The sociology of secrecy and of secret societies. American Journal of Sociology, Chicago, v. 11, jan. 1906. Apud: KAISER, Wolfgang. Pratiques du secret à l'époque moderne. Revue Riives, n. 17, 2004. Disponível em: <http://rives.revues.org/document102.html>. O site traz excelentes análises sobre o segredo. Cf. também GONI, Jean-Pierre Chrétien, Institutio arcanae. In: LAZZERI, Ch.; REYNIE, D. Le pouvoir de la raison d'État. Paris: PUF, 1992, p. 169 e seguintes. Cf. também SARUBBI, Antonio; SCUDIERI, Pasqualina. I teorici della ragion di stato. Mito e realtà. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 2000.

<sup>4</sup> Cf. THUAU, 2000; e BAKOS, 1997.

<sup>5</sup> Citado por SENELLART (1997, p. 99-106).

vida é feita por ele mesmo ou por seus predecessores.

Além de pai do seu povo, o rei seria o professor universal, pois os súditos são fracos e ignorantes. Ele independe da sociedade e desconhece inclusive o Judiciário: "A ruindade de um rei nunca pode fazê-lo ser julgado pelos juizes que ele próprio ordena".

Na fala ao Parlamento de 1616, o chefe de Estado proclama que:

[...] os reis são justamente chamados deuses; pois exercem um modo de semelhança do Divino poder sobre a terra. Porque se forem considerados os atributos de Deus, vemos o quanto eles concordam com a pessoa de um rei. Deus tem poder de criar ou destruir, fazer ou desfazer ao seu arbítrio, dar vida ou enviar a morte, a todos julgar e a ninguém prestar contas [*to be accountable*]. O mesmo poder possuem os reis. Eles fazem e desfazem seus súditos; têm poder de erguer e abaixar; de vida e morte; julgam acima de todos os súditos em todos os casos e só devem prestar contas a Deus [*yet accountable to none but God*]. Eles têm o poder de exaltar as coisas pequenas e rebaixar as altas e fazer de seus súditos como fazem os jogadores com as peças de xadrez.

Ainda em 1616 o monarca assim se dirigiu aos juizes da *Star Chamber*:

[...] não usurpem a prerrogativa da Coroa. Se surgir uma questão ligada à minha prerrogativa ou mistério do Estado, trato que não lhes diz respeito, consultem o rei ou o seu conselho, ou ambos; porque tais matérias são transcendentais. As prerrogativas absolutas da Coroa não é assunto para a língua de um advogado, nem é legal disputar sobre elas. (GOOCH, 1946, p. 2 - 45).

Seriam inaceitáveis para um governante absolutista a soberania popular e a noção de que os dirigentes devem prestar contas de seus atos (sem guardar segredo) à massa não-qualificada. Todos os príncipes liam

nos tratados políticos e na literatura grega ou romana a plena desconfiança no povo. Gabriel Naudé, nas "Considerações Políticas sobre os Golpes de Estado" (1639), fala do segredo e da desconfiança universal que obrigam o governante a se preservar da "turba e laia popular joguete dos agitadores: oradores, pregadores, falsos profetas, impostores, políticos astutos, sediciosos, rebeldes, despeitados, supersticiosos" (GONI, op. cit., p. 141). Lentamente surgiram outras percepções do povo, como em Althusius.<sup>6</sup> O *summus magistratus*, para ele, seria o povo. Etal assertiva tem um campo de referência altamente explosivo. As convulsões que reuniram todos os prismas da vida capitalista triunfante, após a Reforma de Henrique VIII, ergueram a força popular traduzida em facções, dos Levellers aos Diggers, mesclando religião e imperativos democráticos. E daí nasceu a noção da *accountability*: o rei não mais devia prestar contas apenas ao ser divino, mas apenas ao povo. John Milton expressa os dois princípios: "[...] Se o rei ou magistrado provam ser infiéis aos seus compromissos, o povo é liberto de sua palavra". Essas frases, em "The Tenure of Kings and Magistrates",<sup>7</sup> definem o princípio da nova legitimidade política. O *summus magistratus* popular exige responsabilidade dos que agem em seu nome.

As teses democráticas inglesas repercutiram no século 18 pela Europa inteira e integram o *corpus* doutrinário moderno que formou o ideário a partir do qual se fundamentam Estados como a própria Inglaterra, a França e os EUA. Os princípios democráticos ingleses calaram fundo nos pensadores das Luzes. Enuncia Diderot, nas "Observações sobre o Projeto de Constituição de Catarina 2":

<sup>6</sup> Cf. GIERKE, 1960, p. 48. Para esse passo, é importante consultar o livro de Gierke sobre Althusius. Uso a tradução italiana: Giovanni Althusius e lo sviluppo storico delle teorie politiche giusnaturalistiche. Contributo alla storia della sistematica del diritto. Turim: Einaudi, 1974.

<sup>7</sup> "[...] if the King or Magistrate prov'd unfaithfull to his trust, the people would be disingag'd". Um governo (Milton cita Aristóteles) "unnaccountable is the worst sort of Tyranny; and least of all to be endur'd by free born men". PATRIDES, C.A. (ed.). John Milton selected prose. Harmondsworth: Penguin, 1974, p. 249 e seguintes.

<sup>2</sup> Cf. ROMANO, Roberto. Vida longa ao Ministério Público. Correio Popular de Campinas. Campinas, 13.jul.2004. Seção Opinião.

Só a nação é o verdadeiro soberano; não pode existir verdadeiro legislador, à não ser o povo; é raro que o povo se submeta sinceramente a leis que lhes são impostas; ele as amará, as respeitará, obedecerá, as defenderá como sua obra própria se é delas o autor [...] A primeira linha de um código bem feito deve ligar o soberano; ele deve começar assim: Nós, o povo [este será o início da Constituição norte-americana: *We the People...*]<sup>8</sup> e nós, soberano desse povo, juramos conjuntamente essas leis pelas quais seremos igualmente julgados; e se ocorrer a nós, soberano, a intenção de mudá-las ou infringi-las, como inimigo de nosso povo, é justo que ele seja o nosso, que ele seja desligado do juramento de fidelidade, que ele nos processe, nos deponha e mesmo nos condene à morte se o caso exige; esta é a primeira lei de nosso código (DIDEROT, 1995, p.507).

Passada a era das revoluções, o poder estatal apresenta agudos problemas. Na crise da ordem democrática, ocorrida em tempo anterior aos totalitarismos, os demagogos prometeram plena transparência ao povo, mas reforçaram o segredo estatal. Eles foram eleitos pelo voto secreto e, nos palácios, usaram o segredo para domar as massas que os escolheram. O pêndulo foi da convulsão social e política às tiranias. A resposta do poder ao voto secreto representou a manipulação inaudita do segredo de Estado. Autor estratégico, em semelhante campo, foi Carl Schmitt, no livro "A Ditadura, das Origens da Idéia Moderna de Soberania à Luta de Classes Proletárias" (1921).<sup>9</sup> É dele a mais famosa fórmula do segredo no mundo político moderno: "Soberano é quem decide sobre o estado de exceção".<sup>10</sup> Contra

<sup>8</sup> Lembrança trazida por VERSINI, 1995, p. 507.

<sup>9</sup> Die Diktatur. Von den Anfängen des modernen Souveränitätsgedankens bis zum proletarischen Klassenkampf. 2.ed. Munique/Leipzig: Duncker & Humblot Ed., 1928.

<sup>10</sup> "Souverän ist, wer über den Ausnahmezustand entscheidet" (SCHMITT, 1934). O enunciado apresenta-se em autores da "direita" e da "esquerda", como em W. Benjamin. Tem razão J.P. Faye, teórico do pensamento totalitário, quando refere-se à "feradura" que reúne os matizes da paleta ideológica. Durante o nazismo, com a "colaboração" entre URSS e Alemanha, foi cunhada a expressão "nacional-bolchevismo".

Hans Kelsen, Schmitt pensa que o problema da soberania ainda existe no mundo moderno." Schmitt é coerente crítico dos Parlamentos e do sistema representativo.<sup>12</sup> Para que se fale seriamente em democracia, pensa ele, só o povo pode decidir o seu destino, e jamais os deputados. A expressão "democracia representativa" é uma técnica para enganar as massas. Da impossível democracia parlamentar, Schmitt segue ao chefe do Estado, o protetor da Constituição, posto acima dos entraves da legislação e das regras.

O dirigente soberano opera segundo a lógica do que é excepcional. Em "O Protetor da Constituição"<sup>13</sup>, Schmitt afirma que apenas o *Reichspräsident* pode defender a Constituição em tempo de crise. O tema gira ao redor do artigo 48 da Constituição de Weimar.<sup>14</sup> O jurista nega que o Judiciário possa exercer aquele papel porque a magistratura se confunde com as normas e age *post factum*, em atraso na correção dos desvios e fraturas institucionais. Para remediar as crises no Estado, só o *Reichspräsident* poder ser movido, legal e constitucionalmente. Segundo Hans Kelsen, Schmitt reduz a Constituição de

<sup>12</sup> Kelsen (Das Problem der Souveränität), no plano das relações jurídicas — internacionais sobretudo —, diz que "o conceito de soberania deve ser radicalmente eliminado" (KELSEN, 1989). Para uma exímia análise crítica do pensamento de Hans Kelsen, cf. Márcio Sotelo Felipe (1996). Um trabalho de leitura indispensável é o de Ari Marcelo Solon (1997).

<sup>13</sup> SCHMITT, Carl. Die geistesgeschichtliche Lage des heutigen Parlamentarismus. Munique: Duncker & Humblot Ed., 1926. Existe uma edição brasileira: A crise da democracia parlamentar. São Paulo: Scritta Ed., 1996.

<sup>14</sup> SCHMITT, Carl. Der Hüter der Verfassung. Texto ideado em 1929, mas publicado mais tarde. Uso a edição de 1969 (Berlim: Duncker & Humblot).

<sup>15</sup> Recordemos o artigo 48 citado: "Caso a segurança e a ordem públicas forem seriamente [erheblich] perturbadas ou feridas no Reich alemão, o presidente do Reich deve tomar as medidas necessárias para restabelecer a segurança e a ordem públicas, com ajuda se necessário das forças armadas. Para este fim ele deve total ou parcialmente suspender os direitos fundamentais [Grundrechte] definidos nos artigos 114, 115, 117, 118, 123, 124 e 153". Não por acaso disse Carl Schmitt que "nenhuma Constituição sobre a Terra legalizou com tamanha facilidade um golpe de Estado quanto a constituição de Weimar".

Weimar ao artigo 48.<sup>15</sup> Se, como diz Schmitt, "a independência é a necessidade primeira para um protetor da Constituição" e se os juízes ou deputados não podem cumprir aquele mister, segue-se que eles não são independentes, ou independentes o bastante, para garantir o Estado. Desse modo, Schmitt lhes nega a possibilidade de controlar e limitar o Protetor em seu poder excepcional.

O ponto estratégico, julga Schmitt, encontra-se na defesa da exceção, mais relevante no seu entender do que a regra (defendida pelos liberais). A tese sobre a exceção recusa a soberania popular nos padrões do pensamento liberal — a representação — e permite a Schmitt certa releitura do "Leviatã". Em Hobbes existiria a idéia de um

governo que pode se reclamar da necessidade concreta, do estado das coisas, da força da situação, para outras justificações não determinadas pelas normas, mas pelas situações [...]. Isso encontra o seu princípio existencial na adequação ao fim, na utilidade [...] na conformidade imediatamente concreta das suas medidas.<sup>16</sup>

Nas crises, o Estado "suspende o direito em virtude de um direito de autoconservação".<sup>17</sup> O Direito é dito pelo soberano, segundo a ordem da exceção. A pergunta a ser feita a Schmitt é se o remédio não mata o doente. O fato do nazismo, com o reforço do poder enfeixado nas mãos do líder, prova que o enunciado decisionista conduz, na verdade, não à cura, mas à dissolução do Estado.

Um comentário exato dessa aporia encontra-se em Eva Horn, da qual cito um trecho:

[...] permeada pela guerra em sua dupla essência e natureza, a inteligência não liga-se

<sup>15</sup> KELSEN, H. Wer soll der Hüter der Verfassung sein? Die Justiz. v. 6, 930-1931. Citado por MCCORMICK, John P.. Carl Schmitt's critique of liberalism. Against politics as technology. Cambridge University Press, 1997, p. 144.

<sup>16</sup> SCHMITT, 1972, p. 217.

<sup>17</sup> SCHMITT, op. cit. p. 39.

ao tipo de poder tipificado pela soberania estatal mas pela [...] "máquina de guerra", um movimento múltiplo de deslocamento no território tão oposto aos princípios de hierarquia e estratificação do "aparelho estatal". Guerra é rapidez, segredo, violência, astúcia, enquanto o Estado é entendido como fixidez e enraizamento num lugar, representação, o fim do *bellum omnium contra omnes*: a lei. A máquina de guerra [...] é externa ao Estado, mesmo quando seus elementos podem ser integrados no aparelho de Estado (exército, polícia, serviços de inteligência). [...] A máquina de guerra é [...] uma dinâmica segundo a qual tudo se aparenta à guerra: sua capacidade de metamorfose e camuflagem traz rapidez e relação estratégica no espaço. Segredo e traição de segredos, desinformação e violação de tratados, propaganda e conspiração integram a máquina de guerra, a qual não pode ser inserida sob os princípios da soberania nacional. É o moderno *partisan*, o clandestino e lutador "irregular" que poderia ser chamado a corporificação paradigmática da máquina [...] de guerra.<sup>18</sup>

A última frase de Eva Horn retoma Carl Schmitt, agora na "Theorie des Partisanen"<sup>19</sup>. As consequências dessa corrosão do Estado trazem desafios para a vida política internacional. As guerrilhas e as formas rápidas de luta contra inimigos fortes serviram nas batalhas de libertação nacional, da Espanha de 1808 ao Vietnã. Mas as "máquinas de guerra" geradas para enfrentar os movimentos guerrilheiros e inseridas nos Estados colonialistas e imperiais dos séculos 19 e 20 aprenderam as lições da guerrilha. Elas agem na fimbria da ordem estatal. Com o segredo, conduzem uma política marcada

<sup>18</sup> HORN, Eva (2001, p. 56-64). Versão inglesa na Internet. Knowing the enemy: the epistemology of secret intelligence. Disponível em: <http://www.kuwi.euv-frankfurt-o.de/westeuropaeischeliteraturen/mitarbeiter/horn/knowning%20the%20enemy.html#fm12>.

<sup>19</sup> De 1963, com republicação em Berlim: Duncker & Humblot, 1995.



pela razão técnica, sem as cautelas diplomáticas que anteriormente asseguraram a razão de Estado. Os movimentos que apelaram para a guerrilha, em muitos países, seguiram para a desestabilização do Estado de Direito e para a truculência ditatorial. O Camboja revelou-se como o máximo de horror nessa linha, com milhões de pessoas trucidadas nos campos da morte. Cuba, que exemplifica a ditadura que surgiu dos *partisans*, tornou-se um problema quase sem solução no século 21.

## 2 A imprensa, censura e responsabilidade

Com a Segunda Guerra, a Guerra Fria, o Macarthismo e as formas autoritárias que visualizamos no mundo, o segredo aumentou sua abrangência. Se os países socialistas, supostamente repúblicas populares, quebraram a base da *accountability* e da fé pública em proveito dos governos, algo similar ocorre hoje na Europa e nos EUA. Hannah Arendt afirma que a vida totalitária deve ser entendida como reunião de "sociedades secretas estabelecidas publicamente".<sup>20</sup> O paradoxo é só aparente. Hitler examinou os princípios das sociedades secretas como corretos modelos para a sua própria. Ele promulgou em maio de 1939 algumas regras do seu partido. Primeira regra: ninguém que não tenha necessidade de ser informado deve receber informação. Segunda: ninguém deve saber mais do que o necessário. Terceira: ninguém deve saber algo antes do necessário.<sup>21</sup>

Consideremos a lição de Norberto Bobbio:

O governo democrático desenvolve sua atividade em público, sob os olhos de todos. E deve desenvolver a sua própria atividade sob os olhos de todos porque todos os cidadãos devem formar uma opinião livre sobre as decisões tomadas em seu nome. De outro modo,

qual razão os levaria periodicamente às urnas e em quais bases poderiam expressar o seu voto de consentimento ou recusa? [...] o poder oculto não transforma a democracia, a perverte. Não a golpeia com maior ou menor gravidade em um de seus órgãos essenciais, mas a assassina (BOBBIO, 1990, p.62).

A democracia moderna surge com a exigência de *accountability* a ser cobrada dos governos. Os postulados democráticos sustentaram a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Woodrow Wilson insiste no elo entre fé pública e responsabilidade, o que deve atenuar o segredo de Estado.<sup>22</sup> A recusa, durante a Guerra Fria, dos elementos jurídicos e políticos da *accountability* levaram os governos democráticos à quebra de padrões democráticos. Isso redundou em prejuízo dos povos em terras hegemônicas e calamidades para os dominados, do Vietnã ao Chile e deste ao Irã e Iraque. O segredo permitiu casos como o Irã-Contras, a ajuda aos talibãs, cuja ascensão ao poder foi entendida como vitória sobre a quase defunta URSS. O segredo permitiu que nas duas guerras do Iraque informações vitais fossem negadas ao público. A administração norte-americana, em nossos tempos, conduz o segredo ao máximo<sup>23</sup>, incluindo o engano usado deliberadamente. O segredo embaralha interesses de grupos privados e assuntos de governo.

<sup>22</sup> RAADSCHELDERS, J.C.N.. Woodrow Wilson on Public Office as a public Trust. Disponível em: <bush.tamu.edu/pubman/papers/2002/raadschelder.pdf>.

<sup>23</sup> "[...] a presidência Bush-Cheney é claramente nixoniana e apenas no que diz respeito ao segredo ela é pior [...]. Dick Cheney, que dirige suas próprias operações governamentais secretas, declara abertamente pretender que o relógio volte para antes de Watergate, tempo de uma presidência imperial, extraconstitucional e inconfiável [unaccountable]. Declarar a sua presidência secreta como antidemocrática é pouco.[...] Woodrow Wilson, com base em seu longo estudo sobre a arte de governar, conclui o que todo mundo sabe, ou seja, que a corrupção vigora nos lugares secretos e foge dos públicos. Acreditamos justo o enunciado que afirma o segredo enquanto sinônimo de impropriedade" (DEAN, 2004). Sejam quais forem os juízos sobre o autor, ele indica um ponto que merece atenção.

Em abril de 1994, foi editada uma *Public Law* (número 103-236) do governo estadunidense, criando uma comissão para reduzir o segredo governamental, tendo à frente Daniel Patrick Moynihan, do Partido Democrático, antigo membro de gabinete dos presidentes Kennedy, Johnson, Nixon e Ford. A comissão publicou um relatório (3/05/1997) cujas palavras iniciais eram as seguintes: "It is time for a new way of thinking about secrecy". Após essa tentativa, a prática do segredo foi exacerbada.

A tensa passagem do secreto ao público define o destino da democracia. Assistimos, nos últimos tempos, à derrocada quase absoluta de governos democráticos diante de forças antigas da vida social, religiões que exigem o retrocesso à legitimidade com base no divino e novas forças, como o "mercado". Em nome da "confiança" deste último, programas expostos em longos anos aos cidadãos seguem para o vazio absoluto. Com uso do segredo, "planos" econômicos são impostos, lesam os contribuintes em nome de interesses alheios aos seus países. Por outro lado, grupos terroristas atacam os três antigos monopólios estatais, a começar com o da força física, ameaçam a norma jurídica. Ao mesmo tempo, os sistemas de narcotráfico (não raro, como no Afeganistão, unidos ao terror) desafiam tribunais e governos, amealham cúmplices nos três poderes do Estado.

O segredo é essencial para a reflexão sobre a forma democrática. Governos exasperam a prática de esconder os pontos maiores das políticas no setor público. Entramos no paradoxo: o público é definido fora do público. A opacidade estatal atinge níveis inéditos. Após a implosão da URSS, surgem no horizonte mundial três cenários nos quais se revelam as potências da Federação norte-americana, da insipiente União Européia, de uma possível união asiática, onde disputam a hegemonia a China, o Japão, a Índia e os pequenos "tigres".

Sendo fato social, o segredo se manifesta em todos os coletivos humanos, das igrejas às seitas, dos Estados aos partidos, dos advogados aos juizes, dos quartéis às guerrilhas, das corporações aos pequenos vendedores de rua, da imprensa às formas de censura, dos laboratórios e bibliotecas universitários às fábricas, dos bancos às obras de caridade.

Se descermos mais fundo, da sociologia à ordem antropológica, podemos dizer que o segredo é o lado oposto e necessário da comunicação. Adam Smith pergunta: "Como é possível determinar segundo regras o ponto exato no qual, em todo caso, um delicado sentido de justiça segue para o escrúpulo fraco e frívolo da consciência? Quando o segredo e a reserva começa a caminhar rumo à dissimulação?"<sup>24</sup> A prudência define a passagem de uma prática ou experiência do segredo antropológico e eticamente correta para uma outra, em que se manifesta o poder abusivo. A balança entre abertura e segredo foi indicada por Simmel: "a intenção de esconder assume intensidade tanto maior quanto se choca com a intenção de revelar".<sup>25</sup> O segredo integra a vida como uma realidade não visível. Nesse sentido, o segredo vive na consciência dos homens que, ao se reunirem para qualquer fim, agem tendo em vista alvos não imediatamente percebidos pelos demais e sobretudo pelos alheios ao grupo. Ainda segundo Simmel, "o segredo oferece, por assim dizer, a possibilidade de um segundo planeta ao lado do planeta manifesto; e o último é influenciado decisivamente pelo primeiro".

O pensamento liberal se opõe ao segredo, salvo na guerra. O ensaio de Bentham "Of Publicity" afirma que o segredo "é instrumento de conspiração; ele não deve, portanto, ser o sistema de um governo normal".<sup>26</sup> Para citar novamente Simmel:

Toda democracia considera a publicidade como uma situação intrinsecamente desejável, seguindo a premissa fundamental de que todas as pessoas deveriam conhecer os eventos e circunstâncias que lhes interessam, visto que esta é a condição sem a qual elas não podem contribuir nas decisões sobre elas mesmas.<sup>27</sup>

<sup>20</sup> ARENDT, 1972, p. 103. O trecho é aproximado, por J-P. Chrétien Goni, do escrito de Alexandre Koyré nos *Contemporary Jewish Record* (1945): "The political function of the modern lie" (GONI, op. cit., p. 179).

<sup>21</sup> Citado por Arendt (op. cit., p. 268, nota 90). Cf. GONI (op. cit., p. 79). Cf. LAFER, Celso. Pensamento, persuasão e poder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

<sup>24</sup> SMITH, Adam. The theory of moral sentiments (1759): part VII – of systems of moral philosophy. In: MACFIE, A.L.; MACFIE, Raphael (ed.). The Glasgow edition of the works and correspondence of Adam Smith. v. 1. Indianapolis: Liberty Fund, 1987.

<sup>25</sup> SIMMEL, 1950, p. 330. Cf. também ASHFORTH, 1996, p. 1.183 e seguintes.

<sup>26</sup> Apud. VINCENT, 1999, p. 3.

<sup>27</sup> SIMMEL, op. cit. p. 337.

E, no entanto, na própria terra de Bentham o segredo do gabinete é garantido pelo *Privy Councillor's Oath*, o qual fornece a única definição constitucional de um ministro do governo. O ministro deve "manter segredo em todas as matérias atribuídas ou reveladas [...] ou a serem discutidas no Conselho" (VINCENT, 1999, p. 6).<sup>28</sup>

O problema com o segredo é a sua fácil descoberta. Ainda Simmel adverte: é justamente porque as regras são facilmente desobedecidas que todo sistema de regulamentação deve ser imantado por valores. "A preservação do segredo é instável, as tentações de trair são múltiplas; a estrada que vai da discrição à indiscrição é em tantos casos tão contínua, que a fé incondicional na discrição envolve uma incomparável preponderância do fator subjetivo". Em outras palavras: "o segredo é cercado pela possibilidade e tentação de trair; e o perigo externo de ser descoberto é entretecido com um perigo interno, que se parece com o fascínio de um abismo". E por que o segredo é tão vulnerável? Ele é "um arranjo provisório para forças ascendentes e descendentes" (SIMMEL, *idem*).

A imprensa atenua o segredo de Estado e os demais sigilos (da vida privada à religiosa, sem deixar de lado a economia). Ela, no entanto, insere-se num complexo de interesses que a tornam constantemente atriz e vítima dos poderes naquelas várias esferas. Aqueles setores percebem na imprensa uma aliada, quando não instrumento, se precisam propagar os seus intentos, os identificando ao suposto "interesse geral". Empresas e indústrias, bancos e cúpulas eclesiais, gabinetes políticos ou militares, partidos e seitas, todos cortejam a imprensa na busca de popularizar a sua "mensagem", obter lucros e favores de governos, ameaçar concorrentes. E todos a criticam acerbamente se não conseguem, por seu intermédio, atingir aqueles fins.

<sup>28</sup> "A powerful and persistent culture of secrecy—reflecting the basic assumption that good government is closed government and the public should only be allowed to know what the government decides they should know was carried over from the nineteenth century and refined in the twentieth century when it was given statutory backing through Britain's formidable secrecy laws." PONTING, C.. *Secrecy in Britain*. Londres, 1990. Apud. VINCENT, *op. cit.*, p. 10.

A história da imprensa desde o século 18, especialmente na política, é a crônica do perene choque contra o segredo, em especial o de Estado. Para conseguir leitores, os jornais que traziam notícias políticas ofereciam informes sobre projetos governamentais (economia, comércio, militares), estatísticas, orçamentos dos países sobre a potência militar, taxas de nascimentos e mortes, importação e exportação. Tratava-se de apaziguar, como diz um historiador da imprensa, a fome generalizada de informação. Mas existia mais nesse labor estatístico. "Ele era um ato deliberado, político, com ele se pretendia desvelar o segredo com o qual os governos absolutistas se envolviam, para gerar as bases de um debate público".<sup>29</sup>

Em resumo: o segredo, idiosincrasia do Estado autoritário e absolutista, foi transferido aos Estados democráticos que resultaram das três grandes revoluções históricas, a Inglesa, a Francesa e a Norte-Americana. Com os Estados totalitários do século XX, em especial nos casos nazista e stalinista, o segredo se identificou diretamente com a forma do próprio Estado. Com a Guerra Fria, o segredo se espalhou pelos países hegemônicos e subordinados. O sigilo marcou as ditaduras militares que se espalharam pela Europa do Leste e também Ocidental, bastando recordar o governo dos militares gregos. No caso do Brasil, a ditadura usou e abusou do segredo, chegando ao absurdo de impor à nação a famigerada autorização para que se ordenassem "decretos secretos".<sup>30</sup>

<sup>29</sup> SCHUCK, Gerhard. *Rheinbundpatriotismus und politische Öffentlichkeit zwischen Aufklärung und Frühliberalismus. Kontinuitätsdenken und Diskontinuitätserfahrung in den Staatsrechts- und Verfassungsdebatten der Rheinbundpublizistik*. Stuttgart, 1994, p. 55–63, apud. Baker (2002, p. 74).

<sup>30</sup> Decreto 69.534, de 11 de novembro de 1970. "Como resultado da experiência do regime de terrorismo de Estado implantado pela ditadura cívico-militar brasileira", diz uma analista, tivemos no Brasil dirigido pelos militares "17 Atos Constitucionais, 130 Atos Complementares, 11 decretos-secretos e 2.260 decretos-lei; o Congresso Nacional foi fechado três vezes, fora os inúmeros fechamentos de Assembléias Estaduais e Câmaras Municipais; 80 brasileiros foram banidos do território nacional; aproximadamente 15 mil exilaram-se (ou foram exilados); cerca de 600 foram mortos e/ou encontram-se desaparecidos; 4.682 foram cassados, demitidos e aposentados compulsoriamente; 245 estudantes foram expulsos das universidades; um incontável número de pessoas foram presas e sistematicamente torturadas" (BAUER).

O costume do segredo, como enunciei, longe de ser uma prática episódica do pretérito, fantasma do absolutismo e do Antigo Regime, ressurgiu com profundidade maior no século 20, tanto nos Estados totalitários quanto nos democráticos. A sua presença foi letal para a vida pública em países como o Brasil. Como diz H. Arendt, no entanto, o segredo se divulga, ele não permanece jamais nas consciências do pequeno número dos que dirigem o Estado. Tivemos um episódio representativo do que enuncia Arendt com a epidemia de meningite que tomou conta de boa parte do nosso território. Apesar do perigo trazido pela desinformação, a ditadura e seus censores proibiram a imprensa de divulgar o fato. Crimes semelhantes ocorreram em grande quantidade, à sombra do segredo. A vida política e social de nossos dias tem a marca da visibilidade. As formas domésticas de segredo e recato são violentadas pelos vários poderes (do religioso ao político, deste ao policial e ao militar). À cidadania resta o espaço público como lugar de convívio civil, submetido a regras válidas para todos.

A maior parte dos países atuais exerce a razão estatal que define uma diferença entre dirigidos e governantes. Os primeiros são vigiados pelos segundos, sem a contrapartida. Diminuem os setores protegidos em proveito do olhar sem peias do fisco, da polícia, de autoridades judiciais. [...] No mundo político atual, tudo é passível de ser visto pelos que dirigem a burocracia. Se o funcionário superior desconfia de alguns cidadãos, ele põe — com alguns riscos — a polícia para bisbilhotar as reais ou supostas irregularidades cometidas. [...] E, para sacralizar a espionagem oficial da cidadania, encontra-se, como elemento estratégico, a Justiça. No Brasil, são numerosos os casos de autorização de quebra de sigilo sem base jurídica ou fática. A polícia prende e arrebenta ou invade escritórios de advocacia, ferindo todos os direitos. As vítimas se queixam ao bispo. Poucos se levantam contra o voyeurismo oficial. Contudo, muitos desejam censurar a mídia quando se trata de pessoas que gratuitamente agridem o pudor da sociedade civil.

[...] Crimes como pornografia infantil e golpes contra a fé pública devem ser punidos com rigor. Mas que não sirvam de pretexto para exasperar o controle dos cidadãos pelo Estado. A censura da comunicação é o primeiro e pior sinal do poder regido pelo despotismo (ROMANO, 2007).

Citei extensamente o artigo acima, de minha autoria, porque nele enxergo uma premonição de fatos gravíssimos, em termos éticos, na prática do Ministério Público. Se cabe aos promotores a difícil tarefa de atenuar ao máximo o segredo na ordem estatal e civil, se integrantes do ministério chegaram a perder a vida na busca dos tratos sigilosos entre corruptos e instituições políticas, cabe também ao mesmo Ministério Público a prudência de não ultrapassar limites a partir dos quais, em vez de servir à cidadania, ele passa a exercer, de modo não legítimo, a sua curatela. Insisto: as razões aduzidas pelos defensores do absolutismo, do totalitarismo e das múltiplas ditaduras recentes giram ao redor da pretensa infantilidade do povo. Reis e imperadores, tiranos marrons e vermelhos, todos julgam ser preciso agir no segredo porque o povo jamais teria condições de compreender os eminentes negócios do Estado.

A livre imprensa contradiz o segredo de Estado. Quem deseja a democracia e quer impor aos jornalistas o abandono do sigilo que é sua prerrogativa, ou estabelece regras para a censura da imprensa, solapa os princípios democráticos. Quanto mais cresce o segredo de Estado que protege governos contra os cidadãos, mais beneficiados os oligopólios econômicos, militares, religiosos. Mais poderosos os grupos referidos, eles exigem maior segredo de seus cientistas e funcionários. Alguns chegam a dominar tribunais, deles esperando segredos de Justiça que arrancam direitos coletivos e individuais. Se pensarmos que os promotores públicos têm a missão de impedir segredos de Estado ou de particulares, pois eles prejudicam a sociedade, é paradoxal, para não dizer mais, que promotores julguem necessário, por exemplo, "flexibilizar" o sigilo das fontes. Não faz sentido impor tais limites ao jornalista, tanto quanto não faz sentido dimi-

nir o sigilo que rege os nexos entre os advogados e os réus, sob pretexto de que certos defensores se acumpliciam com os fora-da-lei. Nesses campos, os limites são tênues quando se trata de defender o direito, largos quando se trata de proteger poderosos agrupados ou individualmente. "Veneno", eu diria a quem propõe semelhante controle de advogados e jornalistas, diz-se em grego com a palavra *Pharmakon*, que também significa "remédio". Tudo é questão prudencial de saberes que definem a dose. A ninguém parece correto arrancar dos médicos o autocontrole da dosagem. Se algum promotor julga irrelevante o segredo de jornalistas e de advogados, recordo que os poderosos estatais e particulares, na economia e na guerra, desejam mais, além do fim do sigilo da imprensa e dos causídicos. Eles, para manter os seus segredos, exigem a mordaza para os promotores e juizes. Ceder-lhes o final do sigilo jornalístico é lhes abrir as portas de um poder sem limites. Se o Ministério Público ajudar a destruir tal prerrogativa, ele não mais poderá exigir as suas, as quais, diga-se para finalizar, operam na árdua tarefa de combater os segredos de Estado, os segredos das corporações, os segredos de todos os que tripudiam sobre os direitos individuais ou coletivos.<sup>31</sup>

Um dos problemas éticos mais espinhosos, em qualquer atividade humana, reside na medida certa das ações e das idéias. O excesso, mesmo quando se trata de noções e práticas justas, conduz à negação da Justiça. Recordo o alerta de Aristóteles no "Tratado da Alma": os sentidos permanecem inativos ou são lesados quando ultrapassamos algum limite e medida. A vista não enxerga se a luz é insuficiente e, no inverso, ela enceguece por excesso de

<sup>31</sup> Em data recente um procurador da República exigiu flexibilizar o sigilo jornalístico, com o pretexto de garantir o combate à corrupção. O referido funcionário escreveu artigos para justificar sua atitude teórica. Respondi aos seus textos em palestra feita ao Ministério Público de Salvador, que me convidou para debater problemas éticos ligados aos trabalhos da promotoria. O texto da minha palestra, como os demais, não foi publicado até hoje. No intervalo, a palestra foi publicada na íntegra por uma revista da Universidade Federal da Bahia. Cf. ROMANO, Roberto. Sigilo jornalístico e segredo de Estado. Revista da FAGED (Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação), Salvador, p. 219-229, 2006b.

luz. É apenas nos limites de certa medida que existem vista e visão. E, no domínio ético da ação, dizem a "Ética a Eudemo" e a "Ética a Nicômaco", a virtude é toda ela determinada pela medida.<sup>32</sup>

Essa doutrina foi exposta de modo mais poético na "Lógica" de Hegel: a luz pura e a pura obscuridade impedem a visão. Apenas na passagem da luz e das sombras reside a visibilidade, bem como na passagem do ser e do nada surge vida. Quem, como os cientistas, trabalha com o fenômeno do que vem à luz sabe a importância dessa medida que afasta as certezas dogmáticas e os saberes estabelecidos, que, não raro, são fonte de morte para o próprio povo. A prudência ética exige suspender os juízos categóricos e examinar o que se apresenta por todos os ângulos possíveis. Isso leva tempo. Justamente por esse motivo, o tempo do pesquisador ou do promotor de Justiça não pode ser o tempo econômico, político, religioso. Antes de iniciar uma ação contra a imprensa, o acusador público tem o dever de examinar o problema em pauta em todos os seus ângulos. Aplicar a lei de maneira mecânica, desprovida de seu espírito racional, conduz a censuras cujos frutos se revelam perniciosos, inclusive e principalmente para o Ministério Público.

Quem defende a censura à imprensa fica em situação delicada quando os que se beneficiam do segredo para delinquir (em gabinetes sigilosos da República ou em corporações poderosas da ordem civil) buscam aplicar mordazas em juizes e promotores.<sup>33</sup> Os problemas da imprensa são muitos, desde a sua concentração nas mãos de alguns grupos até a parcialidade escondida sob a máscara do fato puro, objetivo. Mas, como os seus críticos de boa-fé admitem, mesmo veículos cujos interesses econômicos ou políticos são evidentes podem servir para a informação crucial da cidadania. Censurar jornais, revistas, rádios e televisões, sob o pretexto da pure-

<sup>32</sup> COULOUBARITSIS, 1994, p. 200.

<sup>33</sup> Em sentido diverso ao meu, mas com excelentes análises do sigilo e da mordaza, ou demais problemas na defesa dos direitos públicos, veja-se a página da Internet Crimes do Colarinho Branco. Disponível em <<http://www.crimesdocolarinhobranco.adv.br/identificacao>>. Para um prudente e sólido tratamento da corrupção como problema, cf. Roberto Livianu (2006).

za legal, pode conduzir ao reforço da ética imperante no Estado e na sociedade civil não democráticos: pode conduzir à exasperação do sigilo. Este último, gerado e mantido em séculos de irrestrita dominação dos poderes sobre a cidadania, tornou-se tão "natural" que integra, hoje, o lado mais triste da ética política, no Brasil e no mundo.

Assim, na ausência da medida prudencial, determinadas ações de promotores e juizes podem ter o condão de transferir a curatela da cidadania. Tal curatela é exercida pelos políticos, corruptos ou não, em nome da incapacidade popular para perceber a importância de programas econômicos, jurídicos etc. Quando promotores ou juizes cortam o acesso dos leitores e cidadãos às notícias, entrevistas e outras matérias que trazem informações pertinentes, eles ampliam a zona do segredo e diminuem a transparência na vida pública, corroem desse modo a prática da *accountability*, a ser exigida de toda e qualquer autoridade, sobretudo das que operam no Judiciário.

### 3 Platão: os primórdios da *accountability*

Peço permissão para terminar este artigo com algumas reflexões sobre a filosofia de Platão e suas propostas para aumentar a competência do Estado na correção das ordens políticas e civis. É habitual a idéia de que Platão aconselha um governo de especialistas, os quais devem controlar o Estado contra os cidadãos comuns. Essa exegese surge de uma leitura seletiva da "República" e do silêncio sobre livros posteriores do filósofo, como as "Leis". Em tal escolha são afastados textos estratégicos, como é a "Carta Sétima". Nela, Platão afirma que seu alvo em Siracusa, terra dominada por Dionísio, é substituir o absolutismo do tirano pelo governo das leis.<sup>34</sup>

Glenn R. Morrow<sup>35</sup> analisa as "Leis", onde Platão afirma que nenhum mortal pode almejar para

si um mando supremo e irresponsável sem perder conhecimento e integridade.<sup>36</sup> Se às leis falta soberania, o Estado segue para a ruína. A mais elevada qualidade governamental e cívica é a plena obediência às leis. Todos os juizes e funcionários devem ser responsáveis pela obediência aos preceitos legais. Os dirigentes são chamados por Platão de *Nomophylakes*, ou seja, guardiões da lei, ministros de uma soberania que não lhes pertence. O título, não inventado pelo filósofo, era conhecido na prática governamental de cidades gregas em seu tempo.

A soberania da lei é relevante no pensamento platônico. Vejamos, no entanto, as mudanças que ele propõe em relação às formas existentes na vida jurídica ateniense. O principal problema reside na ausência de paradigmas conceituais da lei, defeito notório e desastroso, no entendimento de Platão, das cortes populares, os dicastérios, palavra que tem origem em *Diké*, a lei.<sup>37</sup> O filósofo considera que nas assembleias do povo as opiniões eram partilhadas sem critérios técnicos e, mesmo assim, determinavam os passos da *polis* e produziam instabilidade, o contrário do que se espera de um Estado.

As cortes populares reuniam grande número de pessoas (de 500 a 2.500), escolhidas por sorteio antes dos julgamentos. Elas foram geradas pela democracia e substituíam os tribunais aristocráticos ou oligárquicos, compostos apenas de magistrados e dirigentes políticos. Alguns dentre aqueles tribunais continuaram a existir ao lado dos populares como o Areópago, único a permanecer imune diante das cortes comuns, pois nele eram julgados os crimes graves de homicídio e os que exigiam pena capital. Esta corte usufruía de respeito amplo. Já as populares eram criticadas por gente como Aristófa-

<sup>36</sup> Leis, 691 c. O trecho examina a desmesura no exercício do poder e o papel dos legisladores, requerido para impor limites aos que exercem o governo. Uso a tradução de Leon Robin (1953, p. 728).

<sup>37</sup> "Paradigma" surge no campo da língua grega unido a *deiknumi*, cujo sentido é "mostrar", "indicar". Quando acrescido da partícula "para", significa "mostrar, fornecer um modelo". A raiz *deik* refere-se ao ato de mostrar mediante a palavra, mostrar o que deve ser seguido. Daí na noção de paradigma ser estratégica a união com a *dike*, a lei, a regra (CHANTRAINE, 1983, p. 257).

<sup>34</sup> "A Sicília não deve ser escrava de senhores ou déspotas [...] mas ser escrava de leis". Carta Sétima, 334 c-d. Cf. Plato, ed. Loeb (Cambridge, Harvard University Press, 1975), volume IX, pp. 508-509.

<sup>35</sup> MORROW, 1978, p. 144 e seguintes. O ensaio de Morrow é de 1946. Ele será assumido como fonte analítica nas páginas seguintes, sempre que o pensamento jurídico de Platão for examinado por mim.



nes, Tucídides e oradores notáveis, que dirigiram invectivas contra elas. Os democratas, no entanto, as defendiam fortemente. A *Eclesia*, assembleia do povo, remete os acusados à corte popular, a *Helié*.

Na "Apologia de Sócrates", Platão marca sua crítica aos tribunais populares. No célebre julgamento do pensador, os que decidiriam a sua sorte mostraram-se sedentos de condenação, a baderna foi tamanha que só com muita dificuldade o acusado conseguiu se fazer ouvir. A *Helié*, o tribunal onde Sócrates foi condenado, dispunha de aproximadamente 6.000 jurados, todos saídos da *Ecclesia*. Eles eram sorteados segundo a gravidade maior ou menor da acusação. Como ponto final, os jurados depositavam uma ficha em urnas, vazias em caso de condenação, cheias quando ocorria o contrário. No diálogo "Górgias", Platão ironiza a Justiça onde impera a persuasão retórica, "nos dicastérios e demais multidões". O termo grego usado por Platão para designar as multidões de juizes é *ochlos*, massa instável e irrequieta.<sup>38</sup> Já na "República" existe um retrato irônico do juiz que ronca durante os trabalhos (405 c).

Platão nota a suscetibilidade dos tribunais populares à lisonja, aos apelos emotivos e o quanto eles são movidos por forças políticas. O mais grave, segundo o filósofo, é o segredo do voto, que torna o julgador individual imune às críticas e ataques ("Leis", 876 b).<sup>39</sup> Nas cortes populares falta a competência profissional ("República", 397 e). Platão suspeita de cortes numerosas, pois "a multidão não pode julgar com facilidade e nem também poucos juizes, caso sejam incompetentes" ("Leis", 766 d-e).<sup>40</sup> Ele considera que é mais fácil para um tribunal pe-

queno, com juizes treinados, ir ao núcleo das questões e interrogar os litigantes com tempo suficiente. Os juizes, quando em grande número, serão no máximo bons ouvintes dos discursos contraditórios. O filósofo pensa que o povo deve ter parte na administração da Justiça. Ele não muda sua opinião sobre cortes amplas e barulhentas, nas quais aplausos e vaias são ouvidos, mas defende as cortes populares, as quais devem julgar em sua própria instância. As causas dessa defesa são claras: é mais difícil corromper 500 juizes, em especial se eles são desconhecidos antes do julgamento, ou intimidar um júri numeroso. O historiador George Grote<sup>41</sup> observa que os tribunais populares de Atenas fizeram o que é difícil para qualquer sistema de Justiça: "they were able to bring wealthy and powerful offenders to account".<sup>42</sup>

Platão almeja as vantagens dos tribunais populares, com seu princípio de ativa cidadania, e as trazidas pela competência dos juizes. Essa síntese ocorre quando examina o problema do apelo. Ele divide a administração da Justiça em três cortes graduadas, a de primeira instância e duas de apelo. A primeira é a dos vizinhos ou árbitros. Acima, vêm as populares e a superior, a dos Juizes Seleccionados, cuja decisão é final. As formas propostas por Platão existiam, de certo modo, em Atenas. A dos árbitros era escolhida por sorteio, para conseguir algum acordo entre as partes. Trata-se de um sistema barato e ágil de Justiça. A diferença entre o proposto pelo filósofo e as formas existentes reside no seguinte ponto: os árbitros seriam escolhidos pelas partes, e não mais por sorteio.

<sup>41</sup> GROTE, George. A history of Greece, from the time of Solon to 403 BC. apud: MORROW, op. cit., p. 149.

<sup>42</sup> A *Helié* define-se como um tribunal também político. Os jurados são obrigatoriamente cidadãos. Todo ano eram sorteados 6.000 heliastas, 600 para cada tribo, repartidos em dez seções de 600 membros. Eles deviam se apresentar todos os dias, salvo quando marcada a *Ecclesia*, para que não fossem lesados no exercício do poder político. As acusações contra a *Helié* vinham especialmente de sua composição social. Aristóteles afirma que a sua maioria era composta de pobres, algo que não é tão certo. Certamente o ofício era atrativo para os pobres, pois era pago pelo Estado. A imparcialidade da *Helié*, por esse motivo, foi posta em dúvida. Ao contrário da *Ecclesia*, as decisões da *Helié* eram tomadas por voto secreto.

<sup>38</sup> Ou mob na tradução inglesa, gentilha indisciplinada.

<sup>39</sup> Sigo literalmente, em todas as páginas anteriores e seguintes, as análises de Glen R. Morrow, sem modificações notáveis. O estudo daquele autor foi publicado em 1946.

<sup>40</sup> "Um Estado não seria sem dúvida um Estado, se a constituição dos tribunais não existisse nele em boa e devida forma. De um lado, nada podemos fazer com um juiz mudo, o qual, como numa arbitragem, nada acrescenta em palavras, durante a instrução inicial do assunto, ao que dizem as partes litigantes: ele não seria nunca um juiz apto a decidir o que é direito. Eis porque é difícil esperar bons julgamentos de um tribunal numeroso ou composto de um pequeno número de péssimos juizes" (ROBIN, 1953, p. 833).

Se um litigante não estivesse satisfeito com a decisão arbitral, ele poderia apelar para a corte superior, correndo o risco de multa se o veredicto anterior fosse mantido. Os membros das cortes populares seriam escolhidos entre as tribos. A sua competência, segundo a proposta de Platão, no entanto, excluía os crimes que incorressem em pena capital, o que não era o caso das cortes populares atenienses.

A mudança mais original dentre as propostas nas "Leis" é a negação da autoridade última aos tribunais populares, em proveito dos Juizes Seleccionados. Essa corte, eleita anualmente por todos os dirigentes do Estado, segue um sistema de refinamento de escolhas, até chegar aos melhores juizes. O Areópago era composto de modo próximo, pois nele ex-governantes tinham mandato vitalício. Mas a proposta platônica difere do Areópago porque não apenas os mais elevados dirigentes são escolhidos, mas também os que ocupariam cargos mais baixos. A seleção dos juizes seria matéria de mérito, não de privilégio devido ao cargo anterior. E o cargo não seria vitalício. As mudanças no quadro efetivo seriam permanentes, o que impediria o uso do poder jurisdicional em proveito de indivíduos ou de grupos.

Platão muda o sentido dos apelos. Estes eram feitos pelos árbitros ou magistrados à corte popular, última instância em Atenas. Mas ele, de outro lado, não assume as posições oligárquicas, que desejavam anular o peso dos juizes populares, pois, se deles retira o poder supremo, lhes atribui papel relevante. A sua preocupação é com o excesso de poder concedido às cortes, populares ou não. Os abusos dos juizes e demais integrantes do mundo estatal deveriam ser previstos e evitados. Os perigos do abuso eram conhecidos em Atenas, e existiam técnicas contra eles. Todos os que exerciam cargos, antes da posse, passavam por um exame acurado (a *dokimasia*) diante do conselho e das cortes populares. Após deixar o cargo, todos eram submetidos a outro exame oficial (*eitinaí*) dos seus atos, sendo sujeitos a multas e outras penalidades se fossem culpados de agir contra as leis. Em cada encontro da assembleia soberana dos cidadãos, os dirigentes podiam ser suspensos, desde que não conseguissem votos para se manter no cargo.

Dessas instituições atenienses, Platão mantém duas: o escrutínio e a revisão do mandato, mas não as deixando ao arbítrio da corte popular. Ele propõe um Conselho de Examinadores (*eutinoi*), que deveria avaliar os atos de todos os governantes durante e após o mandato, em intervalos nos quais relataria o que descobrira. Em caso de uso errado do cargo, ele tinha poderes para impor penalidades ou multas. Mas o poder desses examinadores, por sua vez, era responsável porque um dirigente indigitado por eles poderia apelar para a corte dos Juizes Seleccionados. Se perdesse, seria obrigado a cumprir as penalidades. Caso contrário, poderia acionar os examinadores, exigindo a sua remoção ou punição.

O princípio das propostas platônicas é exposto nas frases das "Leis":

No caso em que um magistrado tenha ajuizado algo de modo injusto [*adikos*, de errado, não reto, injusto] tratando-se dos danos de um litigante, sua penalidade diante da vítima do referido prejuízo deverá ser o dobro do valor reclamado. E todo aquele que desejar, poderá ir às cortes comuns contra os magistrados por causa de decisões injustas, nos casos trazidos diante deles. (846 b).

A língua usada por Platão nas sentenças citadas (*ho boulómenos*, "Todo aquele que desejar") é a mesma usada nos termos legais áticos, quando se descreve uma *graphé* (ação) que podia ser assumida por pessoas outras, além da que era diretamente afetada.

Mas Platão é mais duro ainda. Ele prevê ações contra dirigentes por abuso judicial e administrativo. No Estado platônico, os dirigentes têm ao mesmo tempo funções judiciárias e administrativas. Eles dirigem e impõem penalidades em caso de rompimento das leis. Mas todos os juizes, além dos dirigentes menores do Estado, são sujeitos a processos por violação da lei. "Nenhum juiz ou dirigente deve ser isento de responsabilidade [*anipeutinos*] pelo que faz como juiz ou dirigente, exceto aqueles cujo juízo é final, como é o caso dos reis." No entanto, até mesmo no caso de Siracusa, Platão propõe um *arkhé*

*hipeutinos basiliké*, um poder real responsável ("Carta Oitava", 355 e).<sup>43</sup> Se um integrante dos Juízes Seleccionados é suspeito de injustiça, apela-se para os Guardiões das Leis, que então assumem o caráter de uma corte. Platão formaliza um sistema preciso de distribuição do poder judiciário sem paralelo em seu tempo. Ele difere da ordem democrática, pois não entende as cortes populares como supremas. E também diverge da oligarquia e da aristocracia, pois nele os dirigentes superiores do Estado são responsáveis e não possuem privilégios como os usufruídos pela Gerusia de Esparta, ou mesmo pelo Areópago ateniense antes de Solon. Ele planeja, portanto, algo que teve relevância estratégica no mundo moderno e que determinou a estabilidade política com a balança entre as forças opostas, algo fundamental em Locke e Montesquieu. É platônica a noção de uma prática de *checks and balances*, essenciais no Estado posterior ao absolutismo.

A última e importante medida a ser notada, nas propostas de Platão, é a publicidade dos atos: "A votação deve ser pública. Durante o julgamento os juízes devem sentar-se uns perto dos outros em ordem de idade e diretamente diante do acusado e do acusador; e todos os cidadãos que possuam tempo, devem seguir os trabalhos" ("Leis", 855 d). O filósofo, diz Morrow, procura evitar algo como o sistema secreto da *Star Chamber*, algo usado pelos soberanos ingleses para impor despoticamente o seu poder contra as leis estabelecidas e as práticas judiciais comuns.

Quanto ao papel das leis na ordem política, Platão pensa de modo diretamente inverso ao democrático, antigo e moderno. Para nós, a legislação deve se adaptar às modificações sociais ou econômicas, sobretudo no campo da opinião pública. O meio para tais mudanças é o processo legislativo, com

representantes eleitos. Em sentido oposto, Platão acredita que a opinião pública deve se adaptar às leis e todas as forças artísticas, religiosas, educacionais precisam ser dirigidas por semelhante paradigma. Importa muito que o filósofo tenha estabelecido o princípio da responsabilidade dos governantes e juízes, o que, na Revolução Inglesa do século 17, foi chamado de *accountability*. Diz ele nas "Leis": "Não devemos tornar nossos dirigentes grandes e selvagens, porque desejamos que nossa cidade seja livre e sábia, plena de sentimentos amigáveis" (693 b). A base do Estado justo, no seu entender, é a ética que une sabedoria e integridade como base do *imperium legibus solutum*. A lei é definida por ele como o eixo que sustenta a ordem política correta. "Um Estado no qual a lei é sujeita e sem autoridade está condenado à destruição; mas quando a lei é soberana sobre os dirigentes e estes são os servos da lei, então vejo o surgimento de todos os bens que os deuses presenteiam ao Estado" (715 d).

Platão requer competência dos juízes, um princípio fundamental da Justiça. Tal competência, na "República" e obras anteriores às "Leis", como é o caso do "Político", é determinada pelo saber técnico. As "Leis" atenuam o rigor da exigência técnica. Na "República" o processo legislativo era considerado pouco relevante no paradigma da cidade ideal. No "Político", a técnica do governante tinha mais importância do que o fabrico de leis. A causa desse juízo é a noção de que as leis não podem definir com exatidão o justo e melhor para todos. As leis são imóveis e não respondem a ninguém, nem podem corrigir a si mesmas. Assim, apenas o dirigente dialético, o que sabe os caminhos da ciência segura, chega às situações determinadas no organismo político. Uma legislação salutar deve conter meios corretivos, como é o caso do médico que observa o doente em suas mudanças corporais e anímicas, e não se prende a essa ou aquela receita. Ele as usa com base no seu conhecimento e na perícia do diagnóstico. Também o político, um técnico de gerir a *polis*, tem preeminência em relação à lei.<sup>44</sup> Nas "Leis"

se inverte a ordem definida na "República". Se neste diálogo os governantes estavam acima da legalidade, nas "Leis", eles recebem o título de servos da lei. Onde fica mais firme o princípio da responsabilização dos dirigentes políticos e magistrados. A base da *accountability* é mais antiga, portanto, do que as doutrinas puritanas que deram nascimento na Inglaterra ao moderno Estado de Direito.

Conclusão: se é verdade que o Ministério Público ajuda a atenuar o segredo de Estado, se é verdade que ele esmaece as sombras nas quais operam os agentes do anti-Estado (para empregar o termo de Norberto Bobbio), também é verdade que outras instituições, como a imprensa, colaboram na tarefa de instaurar a lei na vida pública, merecendo por tal fato o máximo respeito. Quando notórios atentados à liberdade de imprensa têm como origem ações de integrantes do Ministério Público, é tempo de refletir sobre a essência do regime democrático.<sup>45</sup> Neste último, ao contrário das formas políticas (absolutistas ou totalitárias), a responsabilidade dos gestores é unida essencialmente à transparência de seus atos. A tarefa de identificar práticas irresponsáveis e criminosas do setor público é comum ao Ministério Público e à imprensa. Nenhum desses dois segmentos, no entanto, tem o múnus de substituir a cidadania no juízo definitivo dos atos cometidos pelos gestores. Na democracia, a regra é a maioria.

<sup>43</sup> É o caso da ação contra a "Folha de S. Paulo" e a revista "Veja", devido a entrevistas concedidas pela pré-candidata à Prefeitura de São Paulo Marta Suplicy. A entrevista à "Folha" foi publicada no dia 4/06/2008 e à "Veja São Paulo", na edição de 4 a 11 de junho. Das entrevistas resultou a condenação dos veículos, que recorreram. O pretexto é a lei que proíbe "propaganda eleitoral". Ora, se falar sobre os problemas da sociedade e do município é propaganda, estamos à beira de negar o princípio da transparência e da *accountability*. Se o debate político é proibido, estamos à beira do controle, pelo Ministério Público e pela magistratura, do direito de leitura e de opinião. Aceito o princípio da censura - seja qual for o motivo -, a sociedade é submetida ao arbítrio dos "leitores privilegiados" (promotores e juizes), configurando a censura uma das formas do segredo de Estado. O privilégio de ler o que os demais cidadãos não podem ler é inadmissível numa República democrática. A multa aplicada aos veículos é de R\$ 21.282, mas o preço a ser pago em perda de liberdade pública é incalculável.

<sup>44</sup> Para toda esta passagem, ver Cambiano (1971, p. 247 e seguintes).

de dos cidadãos. As exceções não podem jamais serem transformadas em regras. A medida certa de atribuição de direitos e responsabilidades entre Ministério Público e imprensa é tarefa da ética, sobretudo no item "prudência". Quando ocorre excesso de poder de um ou outros daqueles segmentos, o desequilíbrio se instaura na ordem pública, em detrimento da liberdade ou da responsabilidade. Como admirador do MP e partidário da liberdade de imprensa, almejo para os próximos tempos um entendimento comum, para que lados complementares não se vejam como inimigos. O prejuízo maior será causado à democracia, em proveito dos que vivem do segredo e que sempre estarão dispostos a colocar mordidas nos promotores e jornalistas.

ROMANO, R. The Public Prosecutor's Office and the press: notes on a *vexata question*. *Revista Justitia* (São Paulo), v. 198, p. 283-299 / jan./jun. 2008.

• **ABSTRACT:** This article examines the disputes between the Public Prosecutor's Office and the press in Brazil. In order to accomplish that, analyses the problems related to the concept of secrecy in the State and in the civil society, opposing the secrecy practice to the transparency regarding public matters, a target pursued by both the press and the public prosecutors. The author supports the thesis that there must be limits for every sector. Otherwise, both freedom of press and the responsibility of the State agents in charge of public order will disappear.

• **KEYWORDS:** Public Prosecutor's Office. Press. Accountability. Secrecy. Citizenship.

#### Referências bibliográficas

- ARENDT, Hannah. *Le système totalitaire*. Paris: Davreu et Lévy, 1972.  
 ASHFORTH, Adam. Of secrecy and the commonplace: witchcraft and power in Soweto. *Social Research*, v. 63, 1996.  
 BAKER, H.. *Press, politics and the public sphere in Europe and North America 1760-1820*. Cambridge: University Press, 2002.

<sup>45</sup> O comentário de Morrow é eloquente, e o transmiro na língua inglesa para guardar a sua dramaticidade: "I confess to a secret fondness for Plato's proposal, because it strikes at a defect in the administration of justice to which our Anglo-Saxon lawyers seem to be congenitally blind, viz. the abuse of judicial power. For the rule of law, as it worked out in our legal institutions, means the rule of judges, and this kind of rule, like any other, can become tyranny unless properly safeguarded" (MORROW, op. cit., p. 157).



BAKOS, Adrianna. *Images of kingship in early modern France, Louis XI in political thought, 1560-1789*. Londres: Routledge, 1997.

BAUER, Caroline Silveira. *Terrorismo de Estado e repressão política na ditadura cívico-militar de segurança nacional brasileira (1964-1988)*. Comunicação Apresentada à Anphu (Associação Nacional de Pós-Graduação em História). Disponível em: <www.anpuh.uepg.br/xxiii-simposio/anais/textos/CAROLINE%20SILVEIRA%20BAUER.pdf>.

BOBBIO, Norberto. Il potere in maschera. In: *L'Utopia capovolta*. Turim: La Stampa, 1990.

CAMBIANO, Giuseppe. *Platone e le tecniche*. Turim: Einaudi, 1971.

CHANTRAINE, P.. *Dictionnaire étymologique de la langue grecque*. Paris: Klincksieck, 1983.

COULOUBARITSIS, Lambros. L'un comme mesure de toute chose. In: BEAUNE, Jean-Claude. *La mesure*. Paris: Champ Vallon, 1994.

DEAN, John W.. Worse than Watergate. *The New York Times*, Nova York, 2.mai.2004.

FELIPPE, Márcio Sotelo. *Razão jurídica e dignidade humana*. São Paulo: Max Limonad, 1996.

GIERKE, Otto. *Natural law and the theory of society, 1500 to 1800*. Boston: Beacon Press, 1960.

GONI, Jean-Pierre Chrétien. Institutio arcanæ. In: LAZZERI, Ch.; REYNIÉ, D. *Le pouvoir de la raison d'état*. Paris: PUF, 1992.

GOOCH, G.P.. *Political thought in England, from Bacon to Halifax*. Londres: University Press, 1946.

HORN, Eva. *Theorie des partisanen*. Berlim: Duncker & Humblot, 1995.

. Geheime Dienste. Über Praktiken und Wissensformen der Spionage. *Lettre International*, Berlim, n.53, p. 56-64, jul.2001.

KELSEN, Hans: *Il problema della sovranità*. Milão: Giuffrè, 1989.

LAFER, Celso. *Pensamento, persuasão e poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LIVIANU, Roberto. *Corrupção e direito penal. Um diagnóstico da corrupção no Brasil*. São Paulo: Editora Quartier Latin do Brasil, 2006.

MCCORMICK, John P.. *Carl Schmitt's critique of liberalism. Against political technology*. Cambridge: University Press, 1997.

MORROW, Glenn R.. Plato and the rule of law. In: VLASTOS, Gregory (ed.). *Plato, a collection of critical essays, ethics, politics, and philosophy of art and religion*. Tomo 2. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1978.

PATRIDES, C.A. (ed.). *John Milton selected prose*. Harmondsworth: Penguin, 1974.

RAADSCHELDERS, J.C.N.. *Woodrow Wilson on public office as a public trust*. Disponível em: <bush.tamu.edu/pubman/papers/2002/raadschelder.pdf>.

ROBIN, Leon. *Les lois*. In: *Oeuvres complètes de Platon*, Bibliothèque de la Pléiade. Paris: Gallimard, 1953.

ROMANO, Roberto. Vida longa ao Ministério Público. *Correio Popular de Campinas*. Campinas, 13.jul.2004. Seção Opinião.

. *Revista do Ministério Público Democrático*. São Paulo, n. 7, abril.2006.

. Sigilo jornalístico e segredo de Estado. *Revista da FAGED (Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação)*, Salvador, p. 219-229, 2006b.

. A censura é inaceitável, sempre. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 13.jan.2007. Coluna Tendências e Debates, p.3.

SARUBBI, Antonio; SCUDIERI, Pasqualina. *I teorici della ragion di stato. Mito e realtà*. Nápoles: Edizioni Scientifiche Italiane, 2000.

SCHMITT, Carl. *Die geistesgeschichtliche Lage des heutigen Parlamentarismus*. Munique: Duncker & Humblot Ed., 1926.

. *Die Diktatur. Von den Anfängen des modernen Souveränitätsgedankens bis zum proletarischen Klassenkampf*. 2.ed. Munique/Leipzig: Duncker & Humblot Ed., 1928.

. *Politische Theologie. Vier Kapitel zur Lehre von der Souveränität*. Munique: Duncker & Humblot, 1934.

. *Der Hüter der Verfassung*. Berlim: Duncker & Humblot, 1969.

. *Le categorie del politico*. Bologna: Il Mulino, 1972.

SENEILLART, Michel. Simuler et dissimuler: l'art machiavélien d'être secret à la Renaissance. In:

*Histoire et secret à la Renaissance. Etudes sur la représentation de la vie publique, la mémoire et l'intimité dans l'Angleterre et l'Europe des XVIe et XVIIe siècles*. Paris: Ed. François Laroque, 1997.

SIMMEL, Georg. The sociology of secrecy and of secret societies. *American Journal of Sociology*. Chicago, v. 11, jan.1906.

. The secret and the secret society. In: WOLFF, Kurt (ed.). *The sociology of Georg Simmel*. Nova York: The Free Press, 1950.

SMITH, Adam. The theory of moral sentiments (1759): part VII – Of systems of moral philosophy. In: MACFIE, A.L.; MACFIE, Raphael (ed.). *The*

*Glasgow edition of the works and correspondence of Adam Smith*. v. 1. Indianápolis: Liberty Fund, 1987.

SOLON, Ari Marcelo. *Teoria da soberania como problema da norma jurídica e da decisão*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1997.

THUAU, Etienne. *Raison d'État et pensée politique à l'époque de Richelieu*. Paris: Albin Michel, 2000.

VERSINI, L. *Oeuvres de Diderot*. Tomo 3. Paris: Robert Laffont, 1995.

VINCENT, David. *The culture of secrecy. Britain, 1832-1998*. Oxford: Oxford University Press, 1999.